

DESEMPENHO ACADÊMICO ENTRE OS COTISTAS E NÃO COTISTAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA

KÊNIA RODRIGUES ANDRADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

GUSTAVO HENRIQUE PETEAN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

CRISTIANE HELENA TOMAZ DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

LUAN VINICIUS BERNARDELLI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

DESEMPENHO ACADÊMICO ENTRE OS COTISTAS E NÃO COTISTAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA

RESUMO: As políticas de ação afirmativa, especialmente de reserva de vagas nas instituições de ensino superior no Brasil têm despertado debates a respeito da diferença de desempenho acadêmico entre os estudantes que participam das ações afirmativas e os que não participam. Diante desse cenário, buscou-se como objetivo principal comparar o desempenho acadêmico entre os dois grupos, a partir de um estudo bibliométrico. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se técnicas de análise quantitativa e qualitativas. Do ponto de vista qualitativo, a pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica sistemática de dados coletados da plataforma *Web of Science*. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel e tratados pelo método PRISMA com os critérios de inclusão e exclusão. Os resultados da pesquisa qualitativa apontaram que a diferença de desempenho acadêmico é insignificante entre os dois grupos na maioria das pesquisas. Entretanto, com base nos dados do ENADE de 2018, constatou-se que os discentes de ações afirmativas das Universidades Públicas apresentaram uma menor nota comparado com ingressantes por ampla concorrência, principalmente no quesito dos Fundamentos Gerais. No entanto, o comportamento dos discentes das Universidades Privadas é o oposto. Ingressantes por ações afirmativas apresentam notas superiores com diferenças estatisticamente significativas a um nível de 99% de confiança. Dessa forma, considerando as diferenças existentes nas políticas de ações afirmativas entre o tipo de instituição (pública e privada), destaca-se que as análises empíricas sobre a presente temática devem ser realizadas separadamente.

Palavras-chave: ações afirmativas, desempenho acadêmico, cotista e não cotistas

1 INTRODUÇÃO

A partir da década 1980, no período de redemocratização do Brasil, a mobilização de grupos sociais, notadamente o movimento negro, fomentou um amplo debate contra a discriminação racial e as desigualdades sociais e estimulou a adoção de ações afirmativas para grupos historicamente marginalizados. Os movimentos sociais foram protagonistas nesse momento de redemocratização e intensificaram as reivindicações para a adoção de ações afirmativas voltadas para as pautas de raça, etnia, gênero e outros (Moehlecke, 2002).

O processo de conquistas das políticas sociais está sendo construído mesmo depois de 35 anos de promulgação da constituição, tida como constituição cidadã (Santos, 2012; Santos; Freire, 2022). Diversas políticas sociais são implementadas no Brasil na gestão petista (Lima, 2010). Com a implantação de políticas de ações afirmativas, grupos em vulnerabilidade conquistaram o acesso a áreas como: educação, trabalho e em outras. Para Hass e Pardo (2017), as políticas de ações afirmativas têm se caracterizado com um viés social, proporcionando acesso a direitos sociais, sobretudo à educação e ao mercado de trabalho para grupos vulneráveis, numa concepção de natureza redistributiva ou assistencial no combate à desigualdade social. Nesse contexto, a Lei 12.711/2012, conhecida como lei de cotas, foi e é uma ferramenta importante no acesso à educação, como aponta Santana (2023). No campo da educação superior, as ações afirmativas têm o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior, por meio de reserva de vagas, conhecidas como cotas ou sistema de bonificação para grupos historicamente marginalizados e visam à redução de desigualdades sociais e raciais (Araújo et al., 2020; Cavalcanti et al., 2019).

É importante destacar que o perfil dos estudantes das instituições de ensino superior públicas é diferente do encontrado nas escolas públicas de educação básica (Azevedo; Marin, 2016). Segundo Senkevics e Mello (2019), após a implementação da lei de cotas, ocorreu um crescimento de 15% na participação de estudantes provenientes do ensino médio em escolas públicas (55,4 para 63,6%), e um aumento de 39% a participação de estudantes PPI de escolas públicas (27,7 para 38,4%) nas Universidades Federais.

Com a ampliação do acesso nas instituições de ensino superior, em suas diversas modalidades em ensino, incluindo o Ensino a Distância (Benini et al. 2020), abre-se o caminho para o debate sobre o desempenho acadêmico dos alunos cotistas (que participam dos programas de ação afirmativa) em relação aos não cotistas (os que não participam). Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar o desempenho acadêmico dos alunos que ingressaram por ações afirmativas em comparação com os alunos de ampla concorrência. Para alcançar este objetivo, utiliza-se recursos da pesquisa qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista qualitativo, compara-se o desempenho acadêmico entre os dois grupos, através de um estudo bibliométrico. Os dados foram coletados da plataforma *Web of Science*, tabulados no Microsoft Excel, mensurados pelo diagrama PRISMA, e tratados na revisão bibliográfica sistemática. Para a análise quantitativa, utiliza-se dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (2018) e diversos testes estatísticos.

Para alcançar o objetivo proposto, além desta introdução, este trabalho apresenta outras quatro seções. A segunda seção apresenta uma extensa revisão de literatura sobre as ações afirmativas e o desempenho acadêmico dos cotistas e não cotistas. Na terceira seção, apresenta-se a estratégia metodológica qualitativa e quantitativa, na quarta seção os resultados encontrados. Por fim, na última seção, apresenta-se as considerações finais.

2 CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

As políticas públicas foram inicialmente implantadas na Índia pela constituição de 1948, após a descolonização inserindo um sistema de cotas para as castas, conhecido como política de reserva. Outros países aderiram às políticas públicas como os Estados Unidos, Malásia, Austrália, Canadá, Cuba, Argentina, com alternância de público-alvo (Moehlecke, 2002).

A expressão “*ações afirmativas*” aparece na década de 1960 nos Estados Unidos, a partir da mobilização política e social (Civil Rights Movement). O presidente J.F. Kennedy nomeou de ação afirmativa um conjunto de políticas públicas e privadas garantindo medidas anti-segregacionistas e de combate à discriminação social (Marcomini Neto et al., 2022; Silva, 2019).

Em 1995, realizou-se, em Brasília, a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e a vida, com aproximadamente 30 mil pessoas para denunciar a ausência de políticas públicas para a população negra, a luta contra o racismo e a desigualdade social. Tal movimento pressiona o Estado brasileiro a discutir a adoção de ações afirmativas (Lima, 2010).

Em 2001, o Brasil participa da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizado em Durban, África do Sul. Como aponta Caregnato e Oliver (2017) à participação brasileira neste evento fez com que o Brasil assumisse o compromisso de elaborar ações afirmativas em diversas áreas, entre elas, na educação, na forma de cotas sociais e raciais nas universidades.

Destaca-se que as políticas públicas voltadas para a educação, especialmente as que contemplam os grupos étnico-raciais foram elaboradas a partir da promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira -LDB, incluindo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira. E em 2004 a publicação das diretrizes curriculares nacionais para a educação, que tem o intuito de reeducar a sociedade através da educação.

Em 2009, a aprovação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) e em 2010, a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, com a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, os quais colocam a educação como uma área prioritária de enfrentamento e superação das desigualdades raciais.

Na mesma linha, no início dos anos 2000, destaca-se o pioneirismo das universidades em reservar vagas para grupos sub-representados. Como aponta Feres Júnior et al., (2018) a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e a Universidade de Brasília (UnB) foram as pioneiras na adoção na modalidade de reserva de vagas para diferentes grupos, negros, indígenas e para estudantes egressos do ensino médio cursado em rede pública.

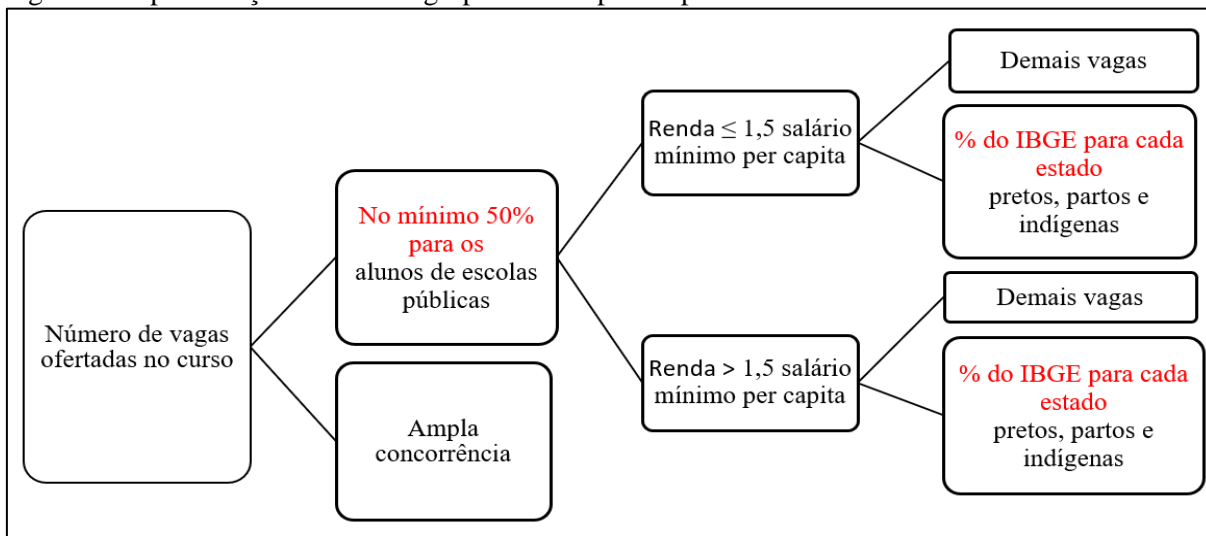
A constitucionalidade das políticas de ações afirmativas de reserva de vagas, recorte racial, foi decretada pelo Supremo Tribunal Federal em 2012. Como destaca Melero et al., (2012) o partido dos Democratas impetrou uma ação contra a política de cotas da Universidade de Brasília (UNB) afirmando que violava a constituição, então diante desse dilema o Supremo Tribunal Federal, proferiu a sentença favorável à universidade, decretando que as ações afirmativas baseadas em critérios étnicos são constitucionais e necessárias para corrigir distorções culturais históricas no Brasil.

As lutas sociais, especialmente do movimento negro, e a iniciativa das universidades públicas pressionam o governo federal para o debate social, político e acadêmico de formulação de políticas públicas que culminou com a Lei nº 12.711/2012, conhecida como “Leis de Cotas” nas Universidades, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências” (Brasil, 2012). Esta lei regulamentou o acesso de grupos por critérios raciais e sociais com a obrigatoriedade para todos os grupos de ter cursado o ensino médio em escolas públicas. A Figura 1, ilustra as possibilidades de acesso à educação superior.

Em 2014, foi publicada a lei nº 12.990/2014 que reserva 20% das vagas para negros/as em concursos públicos. A primeira ação afirmativa exclusivamente para a categoria de raça/cor, sem o recorte de renda. Para concorrer às vagas reservadas a negros, é necessário que os candidatos se autodeclarem pretos ou pardos. Segundo Souza e Miranda (2019), a autodeclaração do candidato será confirmada por procedimentos de heteroidentificação realizados por comissões específicas para este fim.

Em 2016, a Portaria normativa nº 13 marco legal que orienta a implantação de ações afirmativas na pós-graduação. Segundo Mello (2021) que ressalta que não há nenhuma obrigatoriedade para inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos programas, porém a iniciativa desencadeou a implantação para grupos de étnico-raciais e outras categorias.

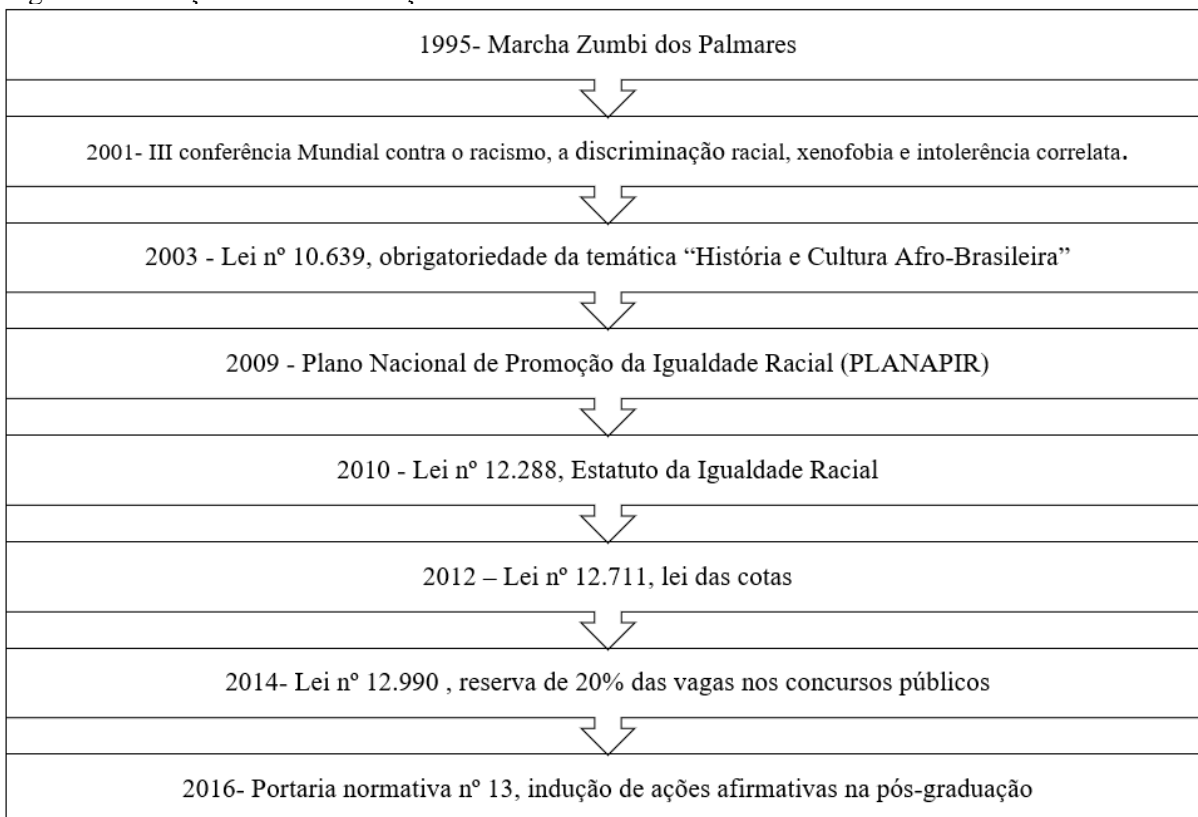
Figura 1. Representação de renda e grupos contemplados pela Lei de Cotas



Fonte: Adaptado do Ministério da Educação – MEC, Referente a Lei nº 12.711.

Para melhor entendimento das ações afirmativas destaca-se, na Figura 2, a evolução histórica das políticas de ações afirmativas que iniciaram com a articulação do movimento negro, que fomentou a implementação de ações afirmativas para a inclusão de grupos étnico-raciais e em vulnerabilidade social.

Figura 2. Evolução histórica das ações afirmativas no Brasil



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Ao longo dos anos, uma literatura consistente desenvolve a análise comparando o desempenho de alunos cotistas e não cotistas, tal assunto causa muita controvérsia, assim há estudos que apresentam desempenho do cotista, como: igual, superior ou inferior ao dos não cotistas.

Com relação ao desempenho inferior, alguns autores citam a má formação dos cotistas nos níveis de ensino fundamental e médio. O que reforça a ideia de que a nota de ingresso no ensino superior é menor se comparadas com os estudantes que não participam da ação afirmativa, ademais indica uma má formação no ensino básico, isso poderia afetar a qualidade da educação nas instituições (Lima; Oliveira; Cruz, 2020).

Os autores Fernandes e Costa (2018) analisaram por meio de uma pesquisa bibliográfica, a educação a distância (EaD), no concurso vestibular de 2015 para o curso de pedagogia na UEM, na maioria dos casos os alunos que participaram da ação afirmativa obtiveram desempenho inferior.

No mesmo sentido Marconini Neto et al., (2022) analisaram o desempenho acadêmico dos alunos de medicina da 1^a, 2^a e 3^a séries, do Programa de inclusão com mérito no ensino superior paulista – Pimesp/USP, no período de 2015, 2016 e 2017, observou-se variação do desempenho acadêmico dos cotistas, para menor, em relação aos estudantes não cotistas.

Outros verificaram que a desvantagem no desempenho é apenas nas áreas de exatas. Segundo Peixoto et al., (2016) que comparou o desempenho entre cotistas e não cotistas, em 2012, na Universidade Federal da Bahia, quando separados por área, em cursos de artes e humanidades apresentam desempenho superior, ao contrário nas exatas que é inferior, sugere que seja pelo déficit na formação básica, especialmente na matemática.

Maximo, Gondolfi e Lopes (2020) definiram a Lei de cotas como recorte temporal para produzirem o diagnóstico institucional do período de 2013 a 2017, dos cursos de graduação presenciais da UFU, assim os resultados evidenciaram que os não cotistas têm melhor desempenho nas grandes áreas de ciências agrárias, ciências exatas e da terra, ciências sociais aplicadas, engenharias, Linguística, Letras e Artes e multidisciplinares. Já os cotistas apresentaram melhor desempenho nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e Ciências Humanas.

Outras pesquisas sobre o tema têm mostrado que o desempenho acadêmico de alunos cotistas é igual ou até mesmo melhor do que o de alunos não cotistas. Destarte para Golgher, Amaral e Neves (2014) que avaliaram o desempenho acadêmico na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dos estudantes que receberam o bônus sociorracial nos anos de 2009 e 2010 e perceberam que é similar entre os alunos que receberam e os que não receberam, e, além disso, ocasionou a inclusão de grupos menos favorecidos sem diminuir a qualidade de ensino.

Os pesquisadores, Franco, Oliveira e Esperidião (2021), testaram a hipótese de incompatibilidade, a qual identifica uma incompatibilidade entre o aluno cotista e o ambiente acadêmico de elevada exigência de desempenho, para tanto, analisaram os dados de 2013 a 2018 da Universidade Federal de Sergipe, os dados apontam que os cotistas se saem melhor do que a ampla concorrência. Porém, esta vantagem prevalece apenas no quartil mais baixos da distribuição de notas até a mediana. A partir do terceiro quartil não há evidências sistemáticas de diferenças entre os grupos.

Em 2018, Biembengut, Pacheco e Coninck (2018) estudaram o desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas entre os anos de 2013-2015, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), identificaram que em 9 dos 15 cursos analisados não havia diferenças significativas de rendimento médio, porém nos outros cursos, os quais as notas dos ingressantes são mais altas os não cotistas têm melhor desempenho.

Em relação aos cursos técnicos do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG –Campus Ouro Branco), Lima, Oliveira e Cruz (2020) analisaram os coeficientes de rendimento de estudantes cotistas e não cotistas, os resultados demonstram não existe diferença significativa, desmistificando a ideia de rendimento insatisfatório dos cotistas.

No tocante ao desempenho no processo de ingresso, o ENEM, Vilela et al., (2017) conclui que o sistema de cotas não reduz a nota média dos ingressantes no exame nacional do ensino médio – Enem, em contrapartida aumenta a participação dos grupos contemplados e ademais não reduziria a qualidade no ensino superior. Para Pavão e Castro (2017) fatores de pré-ingresso na universidade, como condição socioeconômica e resultado no exame nacional do ensino médio – Enem, são insignificantes no rendimento acadêmico no decorrer da graduação, todavia os aspectos socioeconômicos durante o curso têm influência significativa.

No ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) realizado ao final do curso de graduação que tem como finalidade avaliar o desempenho, as competências e habilidades. Wainer e Melguizo (2018) as notas obtidas no período de 2012 a 2014, nas instituições de ensino superior, o

desempenho foi equivalente entre cotistas e não cotistas, assim como dos alunos que receberam empréstimos do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), em contrapartida os bolsistas do ProUni (Programa Universidade para todos) obtiveram desempenho superior.

Destaca-se que diferentes resultados foram apresentados com relação ao desempenho acadêmico dos alunos que participam das ações afirmativas e os que não participam, assim no intuito de analisar o tema apresenta-se o procedimento metodológico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho utiliza uma abordagem qualitativa e quantitativa. A combinação de uma análise qualitativa e quantitativa fornece uma compreensão mais sólida do problema analisado (Creswell; Creswell, 2023). As próximas subseções apresentam detalhadamente os procedimentos qualitativos e quantitativos utilizados, respectivamente.

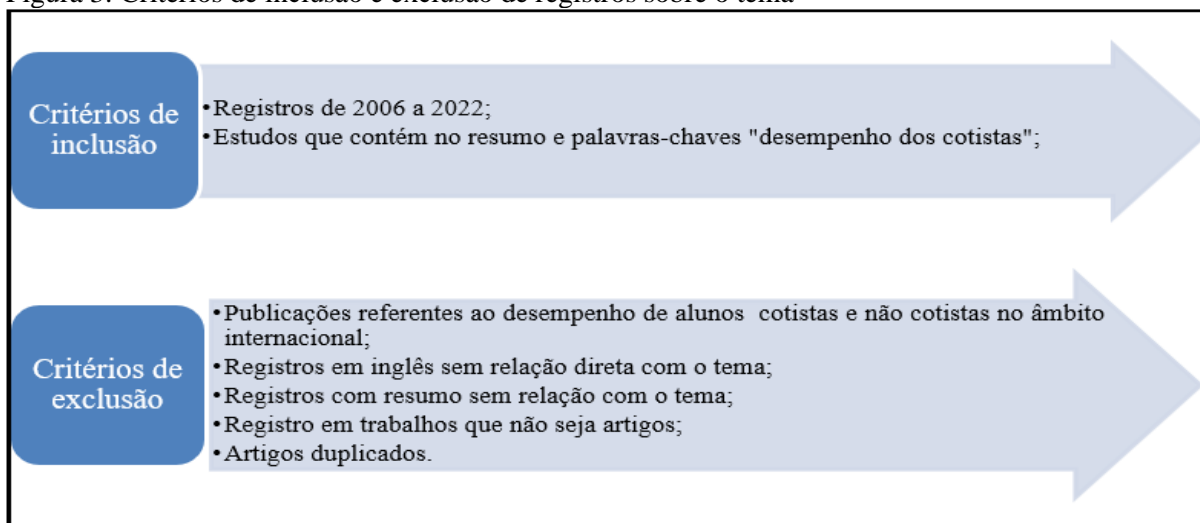
3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA

A pesquisa bibliográfica sistemática foi empregada como método para busca de artigos relacionados ao tema comparar o desempenho dos alunos cotistas em relação aos não cotistas, o recorte temporal são as publicações de 2006 até 2023, intervalo que aparece automaticamente na plataforma *Web of Science*, sem possibilidade de alterar para data anterior a 2006. Adota-se a nomenclatura de cotista para os alunos que ingressaram por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas, de ambos os estratos sociais e raciais, e não cotistas para os que não participaram da ação afirmativa, que ingressaram por ampla concorrência.

A pesquisa foi realizada com os dados da plataforma *Web of Science*, com acesso via portal de periódicos da CAPES no CAFE (Comunidade acadêmica Federada) da Universidade Federal de Goiás. Utilizou-se como busca a palavra-chave “desempenho dos cotistas”, que estivessem presentes no título, resumo, palavras-chave, assunto e/ou corpo dos textos.

Após a coleta dos artigos, os registros foram tabulados em uma planilha eletrônica do Software Microsoft Excel no intuito de verificar as dimensões de: resumo, títulos, autores, ano de publicação, revisão por pares, palavras-chave e por fim se havia relação direta com o tema: desempenho acadêmico dos cotistas e não cotistas, definindo se foi: inferior, igual ou superior. Excluíram-se os registros que analisam o desempenho acadêmico no contexto internacional, porém as publicações internacionais que abordam o âmbito brasileiro não, os dados isolados sobre alunos cotistas e não cotistas que não fazem a comparação entre o desempenho, os artigos duplicados, além de publicações que não sejam artigos. A Figura 3 apresenta os critérios de inclusão e exclusão:

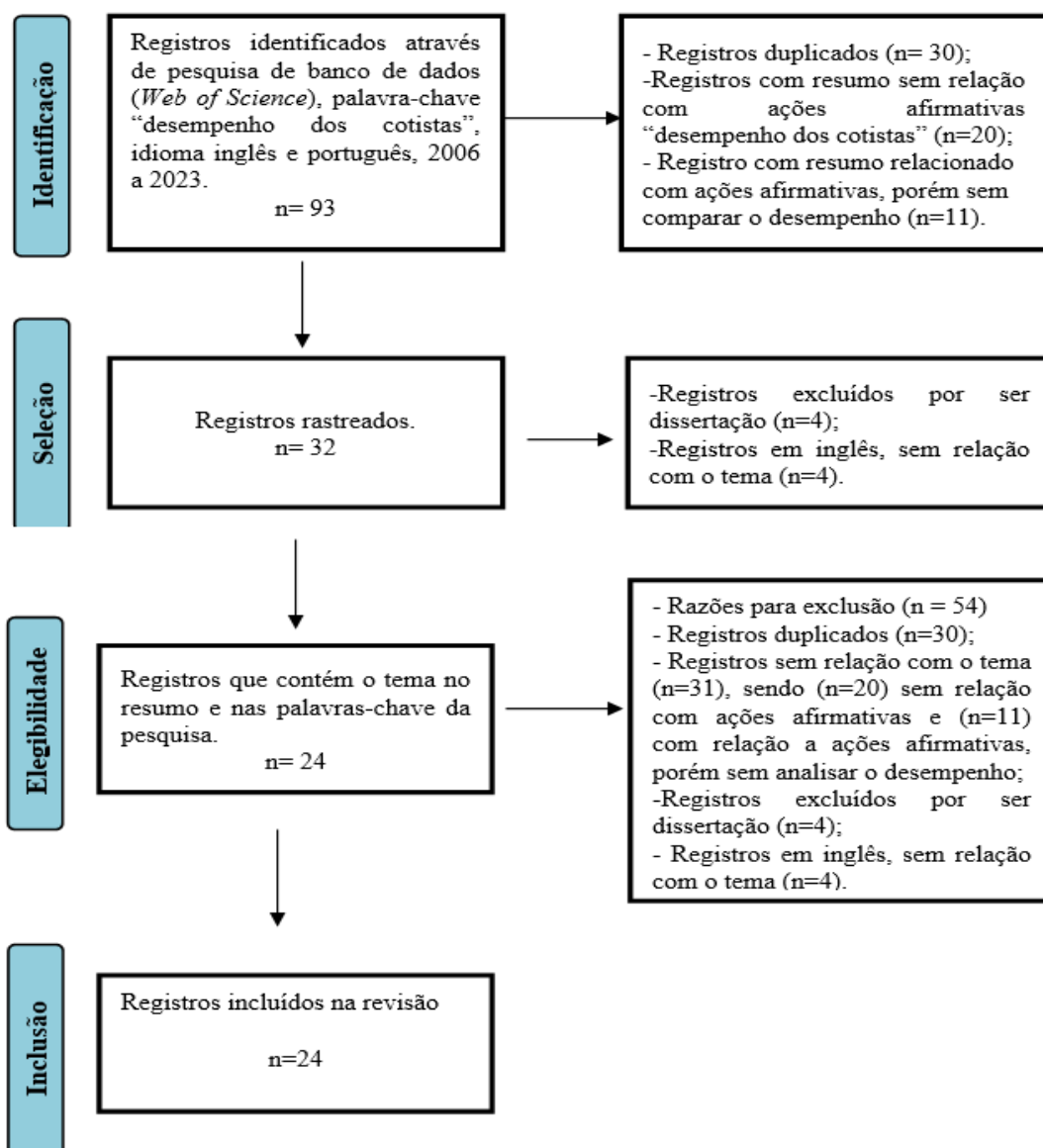
Figura 3: Critérios de inclusão e exclusão de registros sobre o tema



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Assim, feito o refinamento dos critérios de inclusão e exclusão, na tabulação dos dados foi aplicado o método PRISMA criado por Moher et al., (2009) que apresenta os itens como: inclusão, elegibilidade, seleção e identificação, apresentados na Figura 4. Para avaliação encontramos na plataforma *Web of Science*, utilizando na busca das palavras-chave “desempenho dos cotistas”, o total de 93 publicações, sendo 89 artigos e 4 dissertações; a data de criação foi automaticamente criada pela plataforma com o período de 2006 até 2023. Foram excluídos os artigos duplicados, que apareceram duas ou mais vezes (30 registros), os artigos que não tinham relação direta com o tema em seu resumo (20 registros), registro com resumo relacionado com ações afirmativas, porém sem comparar o desempenho (n=11), além das publicações que são dissertações (4 registros), e por fim os registros em inglês, sem relação com o tema (n=4). Sintetizando as etapas realizadas na pesquisa, temos no diagrama PRISMA as etapas detalhadas.

Figura 4 – Diagrama PRISMA indicando os registros para revisão bibliográfica sistemática



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

3.2 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Este estudo utilizou os microdados do Exame Nacional do Ensino Superior (ENADE), edição de 2018. O ENADE avalia o rendimento dos graduandos em relação aos conteúdos estabelecidos nas diretrizes curriculares dos cursos bem como o grau de familiaridade dos estudantes com a realidade brasileira e mundial (INEP, 2024).

Em 2018, o Exame foi aplicado aos Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins; Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas; Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design (INEP, 2024). O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas no estudo.

Quadro 1. Descrição das variáveis

Variável	Definição	%
Ações Afirmativas	O ingresso no curso de graduação se deu por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social	21,69
Ampla Concorrência	O ingresso não se deu por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social	78,30
Masculino	Estudante do sexo masculino	39,37
Feminino	Estudante do sexo feminino	60,62
Matutino	Curso de graduação Matutino	16,87
Vespertino	Curso de graduação Vespertino	3,00
Integral	Curso de graduação Integral	8,56
Noturno	Curso de graduação Noturno	71,55
Ausência	Candidato ausente no ENADE	5,27
Discursiva em Branco FG	Estudante com prova discursiva de fundamentos gerais em branco	6,93
Discursiva em Branco CE	Estudante com prova discursiva de conhecimentos específicos em branco	9,42
Nota Geral	Nota bruta da prova - Média ponderada da formação geral (25%) e componente específico (75%) (valor de 0 a 100)	41,82
Nota Fundamentos Gerais	Nota bruta na formação geral - Média ponderada da parte objetiva (60%) e discursiva (40%) na formação geral (valor de 0 a 100)	45,85
Nota Objetiva Fundamentos Gerais	Nota bruta na parte objetiva da formação geral (valor de 0 a 100)	50,75
Nota Discursiva Fundamentos Gerais	Nota bruta na parte discursiva da formação geral (valor de 0 a 100)	38,51
Nota Componente Específico	Nota bruta no componente específico - Média ponderada da parte objetiva (85%) e discursiva (15%) no componente específico (valor de 0 a 100)	40,45
Nota objetiva Componente Específico	Nota bruta na parte objetiva do componente específico (valor de 0 a 100)	42,06
Nota discursiva Componente Específico	Nota bruta na parte discursiva do componente específico (valor de 0 a 100)	26,00

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do INEP (2024).

O Quadro 1 apresenta uma descrição das variáveis utilizadas neste estudo. Foram considerados 485.509 estudantes para todas as variáveis. Contudo, 25.811 não tinham notas nas provas, pois não compareceram no dia da avaliação ou tiveram seus resultados anulados. Dessa forma, os dados relativos às notas são compostos de 459.698 estudantes. Desse modo, observa-se que apenas 21,68% dos estudantes ingressaram no curso por meio de políticas de ação afirmativas ou inclusão social. Faz-se necessário destacar que se trata de uma pergunta auto declarável, ou seja, o próprio estudante respondeu esta questão.

Ainda com base no Quadro 2, é possível observar que a maior parte dos estudantes é do sexo feminino e cursa uma graduação no período noturno. Uma pequena quantidade de estudantes esteve ausente na prova (5,27%) e uma quantidade representativa deixou a prova dissertativa de conteúdo específico em branco (9,42%). Os estudantes obtiveram uma nota maior em fundamentos gerais (50,75). A menor nota obtida foi no componente específico (26).

Para verificar se as diferenças encontradas são estatisticamente significativas foi utilizado diferentes técnicas de análise paramétrica. Por se tratar de uma amostra grande, com base na lei dos grandes números, estabelece-se que se trata de uma amostra com a distribuição normal. Nesse caso, para as variáveis qualitativas, utilizou o teste de qui-quadrado. De acordo com Fávero e Belfiore (2017), a estatística qui-quadrado mede a diferença entre valores esperados e valores observados, partindo da hipótese que não há associação entre as variáveis estudadas. Contudo, as variáveis de nota são variáveis contínuas e, portanto, não é possível utilizar o teste qui-quadrado. Dessa forma, utilizou-se um teste de hipótese para dois grupos independentes, o teste T de *Student*. O teste t avalia se existe uma diferença significativa entre as médias de duas populações com distribuição normal (Dancey; Reidy, 2006; Hoffmann, 2013).

3.3 RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA

De acordo com a metodologia da pesquisa foram encontrados 93 registros, e depois de submeter aos critérios de inclusão e exclusão restaram para análise de revisão sistemática 24 artigos que estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2. Resumo de trabalhos relacionados ao tema (continua)

N	Autores (ano)	Título	Principais Resultados
1	Franco, Oliveira e Esperidião (2021)	A lei de cotas no ensino superior: testando a hipótese de incompatibilidade no caso da Universidade Federal de Sergipe.	O desempenho dos cotistas superior no quartil mais baixos da distribuição de notas até a mediana. A partir do terceiro quartil não há evidências sistemáticas de diferenças entre os grupos.
2	Fernandes e Costa (2018)	A política de cotas e o desempenho dos candidatos cotistas no concurso vestibular para o curso de pedagogia a distância da universidade estadual de Maringá no ano de 2015.	O desempenho dos cotistas é inferior quando comparado aos não cotistas.
3	Bezerra e Gurgel (2011)	A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos.
4	Jucá, Candido e Alves (2019)	Acesso, permanência e êxito no ensino superior: análise do desempenho acadêmico e da evasão de estudantes no IFGE.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos
5	Ferreira, Corrêa e Paredes (2020)	Ações afirmativas: análise comparativa de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas em uma universidade pública.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos.
6	Cimino, Santos e Carvalho (2022)	Análise do desempenho acadêmico entre alunos cotistas e não cotistas do IFMG - campus Congonhas e Formiga.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos.
7	Lima, Oliveira e Cruz (2020)	Análise estatística do desempenho de alunos cotistas versus não cotistas: um estudo sobre o rendimento escolar de estudantes de curso técnico integrado.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos.
8	Vilela et al., (2017)	As cotas nas universidades públicas diminuem a qualidade dos ingressantes?	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos.
9	Peixoto et al., (2016)	Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento.	Desempenho superior nas áreas de artes e humanidades, ao contrário nas exatas que é inferior .
10	Sales e Santos (2019)	Cotas e desempenho acadêmico: uma análise quantitativa sobre o curso de pedagogia da UFBA.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos
11	Maximo, Gandolf e Lopes (2020)	Cotas Universitárias: estudo do desempenho acadêmico na Graduação após a implementação da política de cotas na Universidade Federal de Uberlândia.	Desempenho inferior dos cotistas em algumas áreas do conhecimento e superior em outras.
12	Cavalcanti et al., (2019)	Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior evidências empíricas com dados da universidade federal da Bahia.	Os estudantes cotistas apresentam um desempenho aparentemente inferior aos não cotistas
13	Araujo et al., (2020)	Diferencial de desempenho dos estudantes cotistas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes: evidências sobre as instituições de ensino superior federais.	Desempenho inferior do cotista em relação ao não cotista.
14	Marcomini Neto et al., (2022)	Flutuação do desempenho acadêmico de alunos de medicina selecionados por política afirmativa (PIMESP).	Desempenho inferior do cotista em relação ao não cotista.
15	Pinheiro, Pereira e Xavier (2021)	Impacto das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos
16	Ribeiro, Peixoto e Bastos (2017)	Interação entre estudantes cotistas e não cotistas e sua influência na integração social e desempenho acadêmico na universidade.	Desempenho inferior do cotista em relação ao não cotista.

Quadro 2: Resumo de trabalhos relacionados ao tema (continuação)

17	Pavão e Castro (2017)	O desempenho acadêmico dos estudantes cotistas e não cotistas no contexto inclusivo da Lei 12.711: uma análise comparativa na Universidade Federal Rural do Semi-árido.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos
18	Silame et al., (2020)	O efeito das cotas: desempenho acadêmico dos estudantes cotistas da universidade federal de viçosa - Campus Rio Paranaíba.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos
19	Nascimento e Bonfim (2022)	Política de cotas e desempenho acadêmico: um estudo comparativo entre as categorias de vagas da UFF.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos
20	Wainer e Melguizo (2018)	Política de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no ENADE de 2012 a 2014.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos
21	Silva, Xavier e Costa (2020)	Sistema de cotas e desempenho: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos
22	Mendes Júnior (2014)	Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	Desempenho inferior dos cotistas
23	Pereira, Oliveira Chaves (2020)	Uma análise preliminar dos percursos acadêmicos dos estudantes ingressantes nos cursos da FACC/UFRJ.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos
24	Garcia e Jesus (2015)	Uma avaliação do sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília.	Não há uma diferença significativa entre os dois grupos.

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Dos 24 artigos que corresponde a 100%, observa-se que o desempenho dos cotistas em comparação aos não cotistas, apresentam desempenho igual (não há uma diferença significativa entre os dois grupos) em 15 artigos (62,5%), desempenho inferior em 6 artigos (25%), 1 artigo (4,2%) desempenho superior no quartil mais baixos da distribuição de notas até a mediana. A partir do terceiro quartil não há evidências sistemáticas de diferenças entre os grupos, 1 artigo (4,2%) que apresenta o desempenho dos cotistas foi inferior em algumas áreas de conhecimento, como: ciências agrárias, ciências exatas e da terra, ciências sociais aplicadas, engenharias, linguística, letras e multidisciplinares e obtiveram o desempenho superior nas áreas de ciências biológicas, ciências da saúde e ciências humanas e 1 artigo (4,2 %) que apresenta o desempenho superior dos cotista nas áreas de artes e humanidades, e ao contrário nas exatas é inferior.

Percebe-se na maioria dos artigos a comparação de desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas ocorreu no decorrer da graduação através de notas, coeficientes de rendimento e outros, no entanto, há dois artigos que analisam de forma diferente, um pelas notas de ingresso através do Enem e outro pela avaliação do curso no Enade.

No artigo de Vilela et.al., (2017) analisam as notas de ingresso no exame nacional do ensino médio (ENEM) e afirmam que a nota média é semelhante entre os cotistas e não cotistas.

Já na pesquisa de Wainer e Melguizo (2018) sobre o desempenho dos alunos cotista e não cotista no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que é realizado no final do curso para avaliar o desempenho dos estudantes tiveram como resultado o desempenho equivalente.

4 RESULTADO DA ANÁLISE EMPÍRICA

O teste qui-quadrado, apresentado na tabela 1, para a distribuição de frequência relativa entre as variáveis sexo, turno e participação nas provas.

Tabela 1. Teste qui-quadrado para a distribuição de frequência relativa entre as variáveis sexo, turno, e participação nas provas

Variáveis		Instituições de Ensino Públicas			Instituições de Ensino Privadas		
		Ampla Concorrência(%)	Ações Afirmativas (%)	p-valor	Ampla Concorrência(%)	Ações Afirmativas (%)	p-valor
Sexo	Homem	73.10%	26.90%	0,00***	80.84%	19.16%	0,00***
	Mulher	68.78%	31.22%		78.91%	21.09%	
Turno	Matutino	70.45%	29.55%	0.6	81.06%	18.94%	0,00***
	Vespertino	66.38%	33.62%	0,00***	81.45%	18.55%	0,00***
	Integral	69.71%	30.29%	0,00***	84.87%	15.13%	0,00***
	Noturno	71.59%	28.41%	0,00***	78.85%	21.15%	0,00***
Ausência	Ausente	72.19%	27.81%	0.02**	81.29%	18.71%	0,00***
Discursiva FG	Em branco	69.56%	30.44%	0.09	82.17%	17.83%	0,00***
Discursiva CE	Em branco	71.00%	29.00%	0.47	81.99%	18.01%	0,00***
Total		70.63%	29.37%		79.66%	20.34%	

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do INEP (2024).

Notas: (i) (***) Significativo a 1%;(**) Significativo a 5%; (ii) representa 73.042 alunos de instituições públicas e 412.467 de instituições privadas

Conforme pode ser observado na Tabela 1, a maior parte da amostra é composta por discentes de Ampla Concorrência (AC), o que indica que a quantidade de alunos por Ações Afirmativas (AA) ainda é pequena. No entanto, destaca-se uma participação maior desses alunos nas instituições públicas, em que 29,37% da amostra é composta por discentes de ações afirmativas, mais de 9 pontos percentuais a mais comparado com as instituições privadas. Um outro aspecto importante a ser observado diz respeito à proporção de mulheres com o ingresso por meio de ações afirmativas. Nota-se que a proporção de mulheres ingressantes por ações afirmativas é maior do que a de homens tanto nas instituições públicas, quanto nas privadas. Ao se aplicar o teste qui-quadrado para testar a associação entre essas variáveis (sexo e ingresso por ações afirmativas), rejeita-se a hipótese nula a um nível de significância de 1%, apontando que não é possível afirmar a inexistência de associação entre essas duas variáveis. Uma outra observação interessante diz respeito ao turno cursado pelos discentes. Nota-se que nas instituições públicas o percentual de alunos por ações afirmativas nos períodos Vespertino e Integral é maior do que o percentual esperado nas instituições públicas. Já nas privadas, a participação de discentes contemplados por ações afirmativas é maior no turno integral. Em ambos os casos, rejeita-se a hipótese de não associação entre essas duas variáveis a um nível de confiança de 99%.

Um outro ponto importante diz respeito à preocupação do aluno com a prova. Muitos alunos acabam não participando da prova e outros não apresentando nenhuma resposta nas questões dissertativas. Os dados mostram que o percentual de alunos ausentes na prova é maior no caso de ingressantes por ampla concorrência. O teste de qui-quadrado aponta que não se pode rejeitar a hipótese de não associação entre essas duas variáveis.

De forma complementar, faz-se necessário destacar a preocupação das instituições de ensino no desempenho dos estudantes. O conteúdo avaliado no ENADE é o que é previsto nas diretrizes curriculares dos cursos e tem como premissa analisar a progressão das aptidões e o desenvolvimento de habilidade essenciais para o aprofundamento da formação geral e profissional, assim como avaliar o grau de atualização dos discentes em relação à atualidade no contexto nacional e internacional (INEP, 2023). O ENADE é composto por questões de conhecimentos gerais e específicos, com provas objetivas e dissertativas. A Tabela 2 apresenta a nota média dos estudantes segmentados pelo tipo de ingresso nas instituições de ensino públicas e privadas.

Tabela 2. Teste t de *Student* para as notas média dos estudantes com base no tipo de ingresso e no tipo de instituição

Variáveis	Pública			Privada		
	Ampla concorrência	Ações afirmativas (%)	p valor	Ampla concorrência (%)	Ações afirmativas (%)	p valor
Nota Geral	47.83	47.23	0,00***	40.43	42.17	0,00***
Nota Fundamentos Gerais	54.05	52.48	0,00***	44.17	45.72	0,00***
Nota Objetiva Fundamentos Gerais	61.97	59.62	0,00***	48.59	50.05	0,00***
Nota Discursiva Fundamentos Gerais	42.17	41.76	0,01**	37.55	39.24	0,00***
Nota Componente Específico	45.74	45.46	0,05**	39.17	40.97	0,00***
Nota objetiva Componente Específico	48.41	48.13	0,07	41.69	43.56	0,00***
Nota discursiva Componente Específico	30.62	30.32	0,1	24.89	26.28	0,00***
Total	48,588	20,299		310,974	79,837	

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do INEP (2024).

Notas: (i) (***) Significativo a 1%;(**) Significativo a 5%;

A Tabela 2 apresenta a nota média dos estudantes por tipo de instituição e de ingresso. Como é possível observar, a nota média das instituições de ensino pública é mais elevada, o que aponta para uma qualidade maior do ensino público no Brasil. É importante ainda destacar que o desvio-padrão das notas é relativamente baixo. Em relação às instituições de ensino pública, observa-se uma nota geral maior para os alunos de instituições públicas, especialmente no que diz respeito aos fundamentos gerais, nas provas discursivas e objetivas. Em ambos os casos, rejeita-se a hipótese nula de existir igualdade nas médias entre os grupos a um nível de significância de 1%. Contudo, não foi possível constatar diferença significativa nas notas objetivas e discursivas do componente específico. Isso indica que embora exista diferença nos conhecimentos relacionados aos fundamentos gerais, os discentes das Universidades Públicas não apresentaram diferenças nos conhecimentos específicos obtidos no curso, apontando para um benefício importante para as ações afirmativas nas instituições de ensino pública.

O comportamento nas instituições de ensino privadas é consideravelmente diferente. Os alunos que ingressaram por ações afirmativas ou programas de inclusão social obtiveram notas maiores em todas as notas analisadas. A diferença encontrada é estatisticamente significativa a um nível de confiança de 99%. O resultado superior encontrado destes discentes e a respectiva diferença entre os resultados das instituições públicas ocorre pelas particularidades existentes entre as modalidades de ações afirmativas existentes nos dois tipos de instituições. No caso das instituições públicas, normalmente, os programas de ações afirmativas ocorrem no ingresso do aluno na Universidade. Já nas instituições privadas, embora isso ocorra também no ingresso, existe um acompanhamento do estudante ao longo de sua trajetória acadêmica e um desempenho ruim do curso pode gerar a perda de algum benefício obtido, como bolsas de estudos integrais e parciais. Embora existam características distintas, destaca-se que as ações afirmativas possuem um papel positivo em ambos os tipos de instituições, públicas e privadas.

5 CONCLUSÃO

As políticas de ação afirmativa têm proporcionado uma maior participação de grupos em vulnerabilidade nas instituições de ensino superior, caracterizando-se como uma estratégia de inclusão, democratização e construção de uma sociedade mais justa que acolhe com respeito os diferentes grupos.

Com relação ao objetivo da pesquisa, que é comparar o desempenho acadêmico dos cotistas em relação aos não cotistas, os resultados demonstram que em 62,5% dos artigos o desempenho entre cotista e não cotistas foi semelhante, o que desmistifica a ideia de rendimento insatisfatório dos cotistas.

Contudo, é importante destacar que os distintos resultados encontrados na revisão sistemática podem advir do fato de as políticas de ação afirmativa serem diferentes entre as instituições públicas e privadas. Conforme foi constatado na análise dos resultados do ENADE de 2018, os discentes de ações afirmativas das Universidades Públicas apresentaram uma menor nota comparado com ingressantes por ampla concorrência, principalmente no quesito dos Fundamentos Gerais. No entanto, o comportamento dos discentes das Universidades Privadas é o oposto. Ingressantes por ações afirmativas apresentam notas superiores com diferenças estatisticamente significativas a um nível de 99% de confiança. Em

outras palavras, apresenta-se um indicativo fundamental a ser observado que é a diferença existente entre as políticas de ações afirmativas de instituições de ensino públicas e privadas.

Dessa forma, nota-se que as políticas de ação afirmativa desempenham um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, com impacto variável no desempenho acadêmico dos alunos cotistas e não cotistas. A análise revelou que, embora na maioria dos casos não haja diferença significativa entre os grupos, os alunos cotistas em instituições públicas tendem a apresentar desempenho ligeiramente inferior em fundamentos gerais, enquanto nas instituições privadas, os cotistas superam os não cotistas em várias áreas. Essas variações destacam a importância das políticas de apoio contínuo e do contexto institucional no sucesso acadêmico dos alunos beneficiados por ações afirmativas. Ao revelar que, em muitas situações, não há diferença significativa no desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas, o estudo desafia a percepção de que as ações afirmativas comprometem a qualidade do ensino. Além disso, ao identificar que os cotistas em instituições privadas podem obter resultado superior comparado com seus pares não cotistas, a pesquisa sublinha a eficácia de programas de acompanhamento e suporte contínuo. Esses insights são valiosos para formuladores de políticas, educadores e gestores educacionais, orientando melhorias nas estratégias de inclusão e suporte acadêmico para garantir o sucesso de todos os estudantes.

Embora este trabalho apresente resultados relevantes para o avanço da temática, faz-se necessário expandir o escopo da análise. Nesse caso, sugere-se que novos estudos sejam realizados, mantendo separados estudantes de instituições públicas e privadas, mas com novos bancos de dados. Além disso, recomenda-se a expansão da análise com dados que contemplem diferentes períodos no tempo e com todos os grupos de avaliação do ENADE.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. A.; BENEVIDES, A.A; MARIANO, F.Z.; BARBOSA, R. B. Diferencial de desempenho dos estudantes cotistas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes: evidências sobre as instituições de ensino superior federais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020.

AZEVEDO, V. R.; MARIN, S. R. Ação afirmativa: uma análise da política de cotas no Brasil a partir da teoria do capital humano, dos direitos humanos e abordagem das capacitações. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 8, n. 1, 2016. ISSN 2175-4217.

BENINI, E. G. FERNANDES, M. D, PETEAN, G.H, PENTEADO, R. C, MAGNIN, L. S de L. T. Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

BEZERRA, T.O.C.; GURGEL, C. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. **Sustainable Business Internacional Journal**, n.9, 2011.

BIEMBENGUT, T. M.; PACHECO, P. S.; CONINCK, J. C. P. Análise do desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas na UTFPR - Curitiba. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 1, p. 35–48, jan./mar.2018.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União - Seção 1** - 30 de agosto de 2012, Página 1.

CAREGNATO, C. E.; OLIVEN, A. C. Higher education and affirmative action policies in Rio Grande do Sul: inequalities and equity. **Educar em Revista**, n. 64, p. 171-187, 2017.

CAVALCANTI, I.T.N.; ANDRADE, C.S.M.; TIRYAKI, G, F.; COSTA, L. C.C. Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, São Paulo, v. 24, n.1, p.305-327, mar. 2019.

CIMINO, L. de S.; SANTOS, E. V.; CARVALHO, L. de A. Análise do desempenho acadêmico entre alunos cotistas e não cotistas do IFMG - campus Congonhas e Formiga. **Dialogia**, São Paulo, n41, p. 1-18, e20206, maio/ago.2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/414.2022.20206>.

- CRESWELL, J. W. CRESWELL. J. D. Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 5a ed. São Paulo: Penso, 2020.
- DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. 7ª ed. São Paulo: Penso, 2018.
- ENADE. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)**. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade> >. Acesso em: 09 de julho de 2024.
- FÁVERO, L. P. **Manuel de Análise de Dados**. São Paulo: LTC, 2017.
- FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., e VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.
- FERNANDES, A. H.; COSTA, M. L. F. A política de cotas e o desempenho dos candidatos cotistas no concurso vestibular para o curso de pedagogia a distância da Universidade Estadual de Maringá no ano de 2015. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 30, n. 2, p. 15–37, 2018.
- FERREIRA, A.; CORRÊA, R. de S.; PAREDES, T. D.; ABDALLA, M. M. Ações afirmativas: análise comparativa de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas em uma universidade pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 1297–1314, 2020. DOI: 10.21573/vol36n32020.101627.
- FRANCO, A. M. de P.; OLIVEIRA, K. F. de; ESPERIDIÃO, F. A lei de cotas no ensino superior: testando a hipótese de incompatibilidade no caso da Universidade Federal de Sergipe. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. e63420, p. 1–28, 2021. DOI: 10.5902/2318133863420. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/63420>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- GARCIA, F. A. da C.; JESUS, G. R. de. Uma avaliação do sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 61, p. 146–165, 2015. DOI: 10.18222/ea266102773.
- GOLGHER, A. B.; AMARAL, E. F. DE L.; NEVES, A. V. C. Avaliação de impacto do bônus sociorracial da UFMG no desempenho acadêmico dos estudantes. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 214, 27 mar. 2014.
- HASS, C.M.; PARDO, R. DA S. Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), São Paulo, v. 22, n. 03, p. 718-740, Nov. 2017.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados Enade**. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade> >. Acesso em: 07 de julho de 2024.
- JUCÁ, S. C. S.; CANDIDO, F. G.; SILVA, S. A. da; ALVES, F. R. V. Acesso, permanência e êxito no ensino superior: análise do desempenho acadêmico e da evasão de estudantes no IFGE. **Revista Thema**, Pelotas, v. 16, n. 1, p. 115–128, 2019. DOI: 10.15536/thema.16.2019.115-128.1170.
- LIMA, C. N. DE; OLIVEIRA, A. R. DE; CRUZ, T. L. B. DA. Análise estatística do desempenho de alunos cotistas versus não cotistas: um estudo sobre o rendimento escolar de estudantes de curso técnico integrado. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. e7900, 5 fev. 2020.
- LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 87, p. 77–95, jul. 2010.
- MARCOMINI NETO, A.; FUCUTA, P.S.; BRIENZE, V. M. S.; LIMA, A.R.A.; BRIENZE S. L. A.; André, J. C. Flutuação do desempenho acadêmico de alunos de medicina selecionados por políticas afirmativas (PIMESP). **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 46, n. 1, 2022.

- MAXIMO, R. de O.; GANDOLFI, P. E.; LOPES, J. E. F. Cotas Universitárias: Estudo do Desempenho Acadêmico na Graduação após a implementação da Política de Cotas na Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 9, n. 3, p. 636–654, 2020.
- MELERO, C, MARTINS, C. B.; ROSSI, E.; JUNKES, D. A Lei No 12.711, de 29 de agosto de 2012, como política pública que favorece a busca da igualdade material. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, p. 13, 2012. DOI:10.5007/2175-8077.2018V20nespp130.
- MELLO, L. Ações afirmativas para pessoas negras na pós-graduação: ausências propostas e disputas. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v.18, n.1, 2021,
- MENDES JÚNIOR, A.A.F. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: avaliação política pública Educação.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 31-56, jan./mar. 2014.
- MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197–217, nov. 2002.
- MOHER, D; LIBERATI, A; TETZLAFF, J; ALTMAN, D.G; The PRISMA Group. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Medicine**, v6, 7º ed., 2009.
- NASCIMENTO, J. E. S.; BONFIM, M. P. Política de cotas e desempenho acadêmico: um estudo comparativo entre as categorias de vagas da UFF. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**. Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 182-203, maio-agosto 2022.
- PAVÃO, A. C.; CASTRO, C. R. DE. O desempenho acadêmico dos estudantes cotistas e não cotistas no contexto inclusivo da Lei 12.711: uma análise comparativa na Universidade Federal Rural do Semi-Árido. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 3, n. 3, p. 54, 22 dez. 2017.
- PEIXOTO, A. L. A.; RIBEIRO, E. M.B.A.; BASTOS, A.V.B.; RAMALHO, M.C.K. Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 21, n. 2, p. 569–592, jul. 2016.
- PEREIRA, E.R.; OLIVEIRA, A. J.B.; CHAVES M. C. C. Uma análise preliminar dos percursos acadêmicos dos estudantes ingressantes nos cursos da FACC/UF RJ. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 5, n. 2, p. 157-181, 2020. DOI: 10.47681/rca.v5i2.38796. Acesso em: 04 julho de 2024.
- PINHEIRO, D. C.; PEREIRA, R.D.; XAVIER, W.S. Impacto das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26 e260020 2021.
- RIBEIRO, E. M.B.A.; PEIXOTO, A.L.A.; BASTOS. A. V.B. Interação entre estudantes cotistas e não cotistas e seu influencia na integração social e desempenho acadêmico na universidade. **Estudos de Psicologia**, 22(4), outubro a dezembro de 2017, 401-411.
- SALES, G. S. A.; SANTOS, C. V. S. Cotas e desempenho acadêmico: uma análise quantitativa sobre o curso de pedagogia da UFBA. **Revista Práxis educacional**. Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 15, n. 34, p. 267-283, Edição Especial, 2019.
- SANTANA, J. C. Lei de Cotas, Políticas da (In)Visibilidade e Cidadanias Decoloniais. **Educação & Realidade**, v. 48, p. e122396, 2023.
- SANTOS, J. T. dos. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial] p. 401 – 422, maio/ago. 2012.
- SANTOS, S. M. DOS. ; FREIRE, R. S. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 27, n. 2, p. 260–280, 2022.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184-208, abr./jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145980>.

SILAME, T. R.; MARTINS JÚNIOR, H.; FONSECA, A.H.S. O efeito das cotas: desempenho acadêmico dos estudantes cotistas da universidade federal de viçosa - Campus Rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 33. e193375, 2020, pp 1-36.

SILVA, B.C.M.; XAVIER, W.S.; COSTA, T. de M.T. Sistema de cotas e desempenho: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 12, n. 3, 2020. DOI: 10.21118/apgs.v12i3.6125.

SILVA, G. H. G. DA. Um panorama das ações afirmativas em universidades federais do sudeste brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 173, p. 184–206, set. 2019.

SOUZA, W. J.; MIRANDA, A. R. A. discursos dos gerentes do INSS sobre a política de cotas em concursos públicos e as relações raciais no ambiente de trabalho. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, São Paulo, 2019.

VILELA, L.; TACHIBANA, T. Y.; MENEZES FILHO, N.; KOMATSU, B. As cotas nas universidades públicas diminuem a qualidade dos ingressantes?. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 652–684, set/dez. 2017.

WAINER, J.; MELGUIZO, T. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e162807, 2018.